



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SEMINÁRIO - IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES

DATA: 27/3/19

Realizador: Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Local de realização: Plenário Amynthas de Barros

9h24min - Abertura

Composição da mesa:

- vereador Edmar Branco;
- vereadora Bella Gonçalves;
- vereadora Cida Falabella;
- a professora e assistente social, representante da comissão da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres, Maria das Dores Nunes Lopes e Sousa.

9h31min - Pronunciamentos

O vereador **EDMAR BRANCO** informou que este é o segundo seminário realizado pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres. Apontou a importância da discussão do tema deste seminário e afirmou que os efeitos da reforma da previdência serão prejudiciais, em especial, às mulheres.

A vereadora **CIDA FALABELLA** informou que neste mês foi aprovado o projeto de resolução que cria a Comissão de Mulheres em caráter permanente na Casa. Afirmou que a referida comissão estará em constante debate com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres. Disse que, em momentos de crise, os direitos das mulheres são



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

afetados e afirmou que, apesar do desmonte de direitos e políticas públicas feito pelo governo, há esperança e conexão entre as mulheres. Afirmou que o avanço das mulheres não significa retrocesso para os homens.

9h40min - Apresentação artística:

Projeto Mulhere-se

Artistas: alunas do Programa Escola Integrada da Escola Municipal Hugo Werneck

9h45min - Pronunciamentos

A vereadora **BELLA GONÇALVES** parabenizou as alunas da Escola Municipal Hugo Werneck pela apresentação. Elogiou o trabalho do vereador Edmar Branco em parceria com as mulheres. Falou sobre a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres e sobre a criação da Comissão de Mulheres na Casa. Afirmou que as mulheres serão muito afetadas pela reforma da previdência, em especial as trabalhadoras rurais e terceirizadas. Disse que a reforma não altera a estrutura tributária do País e tampouco o programa de isenções fiscais. Afirmou que a luta cotidiana muda as estruturas do governo e que a população tem condições de derrotar essa proposta de reforma.

MARIA DAS DORES afirmou que em épocas de retrocesso é importante colocar um tom poético diante das dificuldades, para que estas sejam transformadas. Parabenizou as professoras e alunas da Escola Municipal Hugo Werneck. Comentou sobre a importância da Educação. Salientou que as mulheres, apesar do cenário desfavorável, são capazes de manter a esperança, com a perspectiva de fortalecer seus direitos. Convidou todas e todos a participarem da Frente. Leu um texto de autoria do papa Francisco.

O vereador **EDMAR BRANCO** agradeceu às pessoas que contribuíram para a realização deste seminário, em especial a Malu, Adriana, Tainá, Viviane e Terezinha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VIVIANE, chefe do gabinete da vereadora Nely Aquino, justificou a ausência desta à abertura do seminário.

Foram convidadas a tomar assento à mesa:

- a deputada estadual, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG, ex-sindicalista e ex-prefeita de Contagem, Marília Campos;
- a economista, mestra em Ciência Política e professora universitária aposentada, militante histórica dos movimentos sociais, sindicais e dos direitos humanos, Dirlene Marques;
- a advogada, mestre e especialista em Direito Público e professora de Direito Administrativo e Direito Previdenciário na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, Isabella Monteiro Gomes;
- a secretária-adjunta da Secretaria da Mulher da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Minas Gerais - CTB-MG; coordenadora da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher/MG e presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, Terezinha Avelar;
- a deputada estadual, professora graduada em Direito, primeira presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais - CUT-MG - e ex-dirigente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira;
- a vice-presidenta do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos de Belo Horizonte - Sindbel, Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino;

10h10min - Apresentação artística:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Grupo de Dança do Oásis Clube - Santa Tereza

10h25min - Palestrante: deputada estadual MARÍLIA CAMPOS

Síntese da palestra:

MARÍLIA CAMPOS parabenizou o vereador Edmar Branco pela iniciativa de solicitar a realização deste evento. Afirmou que os assuntos femininos e a presença feminina são, às vezes, desconsiderados ou desqualificados. Observou que é necessário dar mais visibilidade à atuação feminina no parlamento e que o orçamento deve ter rubricas destinadas às mulheres. Disse que não há nada de novo na política do governo atual. Falou sobre o desmonte nas políticas públicas e citou como exemplo a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, sem afetar o pagamento dos juros da dívida brasileira. Afirmou que a reforma trabalhista precarizou o trabalho e que a proposta de reforma da previdência completará esse processo de desmantelamento, priorizando apenas as elites. Disse que a reforma da previdência não se propõe a combater privilégios ou defender os mais pobres, mas apenas privatiza a previdência social. Afirmou que o regime de capitalização proposto prejudica os mais pobres e que a mudança de regime custaria aos cofres públicos valores exorbitantes. Apresentou críticas à proposta de desconstitucionalização dos direitos, de desvinculação dos limites constitucionais de investimentos e de desindexação. Disse ser necessária mobilização popular para que a proposta de reforma da previdência seja rejeitada. Apresentou cartilha sobre a reforma da previdência e informou que ela está disponível em seu *site*.

10h45min - Palestrante: TEREZINHA AVELAR

Síntese da palestra:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TEREZINHA AVELAR disse que a primeira fatia da sociedade que sofre retrocessos é a feminina. Afirmou que o envolvimento das mulheres na atividade produtiva, ainda que tenha crescido, é menor que o dos homens. Comentou que as mulheres estão em ocupações menos valorizadas socialmente e que a remuneração média dos homens é 28,8% superior à das mulheres. Ponderou que os rendimentos médios recebidos por mulheres brancas são maiores que os recebidos por mulheres negras. Informou que as taxas de desocupação feminina são bastante superiores à masculina. Afirmou que muitas mulheres trabalham sem registro em carteira ou recebem até um salário mínimo, o que dificulta a contribuição à previdência. Informou que a aposentadoria por idade é a modalidade mais comum entre as trabalhadoras, junto ao recebimento de pensão por morte. Disse que os benefícios pagos às mulheres são inferiores aos pagos aos homens. Afirmou que o fato de as pessoas estarem vivendo por mais tempo não aumenta a capacidade de trabalho dessas pessoas. Apontou a necessidade de criação de políticas públicas voltadas às mulheres, bem como a manutenção de direitos conquistados. Argumentou que a proposta de reforma da previdência destrói a seguridade social, reduz e retira direitos. Afirmou que tal proposta de reforma é perversa com as mulheres e os professores, que praticamente serão impedidos de se aposentarem.

11 horas - Palestrante: DIRLENE MARQUES

Síntese da palestra:

DIRLENE MARQUES comentou que iria traçar o histórico da previdência social e das reformas propostas para o sistema previdenciário brasileiro. Relatou a importância da Constituição de 1988 em consolidar a consciência de coletivo e de justiça social. Disse lamentar que após 1998, com o início da lógica neoliberal, essa visão de coletivo tenha



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sido abandonada. Disse que, sob essa lógica, passou-se a tratar as questões sociais como uma questão individual, o que reflete em todas as reformas feitas na sociedade brasileira desde então. Comentou sobre a reforma realizada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998 e afirmou que as organizações sociais realizaram um grande enfrentamento, que evitou que essa reforma atingisse todo o escopo proposto. Comentou sobre as medidas realizadas durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Lembrou que, ao assumir o governo, o Partido dos Trabalhadores - PT - passou a defender as mesmas reformas que haviam sido evitadas no governo anterior. Lamentou que a Central Única dos Trabalhadores - CUT - e outras centrais sindicais tenham apoiado as iniciativas do governo e evitado a mobilização dos movimentos sociais. Acrescentou que essas reformas destruíram a carreira do serviço público e criaram um problema maior, o dos fundos de pensão. Tratou, também, das reformas realizadas pela ex-presidente Dilma Rousseff, às quais imputou a alteração das regras dos fundos de pensão. Apresentou críticas à ótica capitalista que culpa o indivíduo pelos problemas sociais e coletivos, tais como o desemprego e a aposentadoria. Disse que as isenções fiscais e os incentivos dados a grandes empresas, em especial nos governos Lula e Dilma, representaram séria redução de recursos disponíveis para a previdência. Afirmou que somente três empresas, Samarco, Vale e Bradesco, devem cerca de R\$1 trilhão para a previdência social. Criticou as tentativas de impor aos servidores públicos a culpa pelos problemas da previdência social e de impor às trabalhadoras e aos trabalhadores a responsabilidade de arcar com esses custos.

11h22min - Palestrante: ISABELLA MONTEIRO GOMES

**Síntese da palestra:**

ISABELLA MONTEIRO GOMES agradeceu a oportunidade de participar deste seminário e afirmou que o desmonte das políticas de previdência começou com a alteração da denominação de “seguridade social” para “previdência social”. Disse que não é possível falar em previdência sem tratar de trabalho e que a proteção social pelo governo é necessária justamente quando falta o emprego para a população. Criticou a flexibilização da legislação trabalhista e disse que o que ocorreu, na verdade, foi a desregulamentação das relações trabalhistas e o incentivo à informalidade. Informou que a manutenção da previdência depende das contribuições feitas pelo trabalhador formal e do seu empregador, sendo essa a sua maior fonte de custeio. Disse que o aumento da informalidade trará grandes impactos sobre o financiamento da previdência social. Comentou que a reforma propõe que a Constituição apresente apenas os riscos que deverão ser protegidos pela previdência social, cabendo à legislação infraconstitucional a definição dos benefícios. Afirmou que a proposta de redução da amplitude dos benefícios de prestação continuada - BPC - deixará desamparada uma parcela significativa da população. Comentou que 80% das aposentadorias concedidas são por idade e que, com o aumento da carência de 15 para 20 anos, a concessão desses benefícios será ainda mais dificultada. Afirmou que a proposta de reforma prevê que diversos aspectos sejam tratados em lei complementar, mas que essa proposta de lei complementar não foi apresentada. Disse ter receio de que os problemas evitados na reforma constitucional sejam retomados na futura lei complementar.

11h39min - Palestrante: ILDA APARECIDA DE CARVALHO ALEXANDRINO

**Síntese da palestra:**

ILDA APARECIDA DE CARVALHO ALEXANDRINO comentou que as mulheres são a maioria da população brasileira e a maioria dos servidores em Belo Horizonte. Criticou a lógica das previdências complementares, mas afirmou que, com a nova proposta de reforma, mesmo essa complementação deixaria de existir e todos ficariam limitados ao teto da previdência. Disse que a proposta atual prejudica o servidor ao alterar a forma de cálculo dos benefícios, deixando de considerar apenas as 80% maiores contribuições e passando a considerar a média de todas as contribuições feitas. Afirmou que a maior parte das pessoas começa sua vida profissional em funções com salários mais baixos que a média. Disse que os trabalhadores, homens e mulheres, devem mobilizar-se e não podem deixar que essa reforma passe no Congresso Nacional.

11h39min - Palestrante: BEATRIZ CERQUEIRA

Síntese da palestra:

BEATRIZ CERQUEIRA disse celebrar que a presente mesa seja composta integralmente de mulheres e afirmou que há pouca representação das mulheres na política. Disse que a previsão constitucional de tempo menor de contribuição para professores é o reconhecimento da situação peculiar desses profissionais. Pontuou que a geração atual, com a eventual aprovação dessa reforma, precisará trabalhar 10 anos a mais para poder se aposentar. Informou que o Sindicato dos Professores de Minas Gerais - Simpro/MG - tem denunciado que as escolas particulares evitam a contratação de professores com mais idade. Criticou a proposta de constitucionalização das regras e a possibilidade de alteração posterior das regras ora discutidas. Disse que, com a desconstitucionalização, as regras



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

previdenciárias poderão ser alteradas facilmente pelos governos ou pelo Congresso Nacional. Informou que 60% dos trabalhadores rurais estão na informalidade. Comentou que, nas regras de contribuição na agricultura familiar, o beneficiário escolhido pela família quase nunca é a mulher. Disse que as propostas de alteração são nefastas e que vão alijar ainda mais o trabalhador do campo e, especialmente, a mulher do campo, dos benefícios previdenciários. Afirmou que as propostas de redução do Estado prejudicam o atendimento à população. Manifestou-se contrariamente às propostas de aumento das contribuições previdenciárias dos servidores públicos e a tentativa de transferir para estes a responsabilidade de arcar com eventuais déficits nos fundos previdenciários. Criticou que conquistas históricas dos trabalhadores e das mulheres estejam sendo tratadas como privilégios. Afirmou que é a mulher que precisa se desdobrar para suprir a falta dos serviços públicos, seja nas áreas de saúde, educação ou atenção a doentes e idosos. Complementou que, em função disso, as mulheres trabalham mais do que os homens e devem se aposentar antes. Informou que cerca de 60% dos benefícios de prestação continuada - BPCs - são recebidos por mulheres e que a maior parte dos desempregados são mulheres. Afirmou que 30% das mulheres jovens estão desempregadas. Disse que a proposta de reforma é restritiva de direitos e que é gravíssima ao dificultar o acesso a benefícios. Disse ser necessária a realização de uma reforma tributária que desonere o trabalhador e onere as grandes empresas.

12h15min - Debate - Respostas das participantes e dos participantes da mesa a perguntas e outras intervenções do público.

EDVALDA: disse que iniciou sua militância no movimento sindical e elogiou o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Edmar Branco por ter encampado a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres.

ALESI: disse representar um grupo de seis jovens seminaristas que vieram prestigiar este evento. Afirmou que é preciso a união de todos para derrotar essa proposta de reforma da previdência que tira direitos. Comentou ser absurda a presença de apenas quatro mulheres vereadoras nesta Câmara Municipal. Disse que todos são responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Criticou aqueles que enaltecem o “Golpe de 64” e uma ditadura militar que promoveu torturas e mortes.

A vereadora **CIDA FALABELLA** leu questões apresentadas por escrito pelo público presente:

ALESI questionou como aumentar a participação das mulheres no meio político.

BEATRIZ CERQUEIRA respondeu que deve ser uma obrigação de todas as mulheres vereadoras, deputadas e demais ocupantes de cargos públicos incentivar outras mulheres a participarem. Defendeu também que todas lutem contra práticas que depreciem a mulher, de forma que seja criado um ambiente saudável e mais receptivo às mulheres. Disse que tem a praxe de buscar sempre a realização de processos conjuntos.

INÊS CONCEIÇÃO questionou se existe a possibilidade de acionar órgãos internacionais contra a reforma da previdência. **ISABELLA MONTEIRO GOMES** respondeu que, depois de eventual aprovação da reforma, caberiam denúncias de violação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de direitos humanos à Organização das Nações Unidas - ONU. Afirmou que no momento, por ser apenas uma proposta, caberia atuação apenas do Ministério Público com relação à constitucionalidade da proposta.

Uma das presentes questionou com quantos anos de idade e contribuição será possível a aposentadoria com as regras propostas na reforma. **ISABELLA MONTEIRO GOMES** respondeu explicando as regras previstas na reforma proposta, inclusive as regras de transição.

12h49min - Encerramento

A vereadora **CIDA FALABELLA** passou a palavra aos componentes da mesa para suas considerações finais e disse que é uma honra participar da mesa com as mulheres presentes.

A vereadora **NELY AQUINO** comentou sobre as dificuldades que enfrenta como mulher dentro da CMBH e disse que é preciso lutar contra práticas machistas. Agradeceu o apoio do vereador Edmar Branco e disse que ele será membro permanente da Comissão de Mulheres. Disse lamentar que não existam na CMBH vereadoras suficientes para preencher a comissão. Agradeceu a todos os presentes e defendeu a continuidade desta discussão. Declarou encerrados os trabalhos às 12h58min.